

CLIPPING IMPRESSO

28/11/2022



INDICE

1. JORNAL EXTRA	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CEMULHER.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. PRESIDÊNCIA.....	5 - 6
4. O ESTADO DE SÃO PAULO	
4.1. CNJ.....	7 - 9

CONCEITO SOCIAL

POR: LILIANE SÁ

LILIANNEJESUS@HOTMAIL.COM

Alumar promove Ação de cidadania em parceria com a DPE-MA

Em comemoração aos 70 anos da Alcoa Foundation, a Alumar promove, em parceria com a Defensoria Pública do Estado e diversas instituições parceiras, uma grande ação de cidadania na comunidade de Coqueiro, beneficiando também os moradores de Portinho e adjacências, na Zona Rural de São Luís, nesta semana. A Carreta dos Direitos, unidade móvel da Defensoria, estará estacionada em frente à Unidade de Educação Básica (UEB) Hortência Pinto, na sexta-feira e no sábado, dias 25 e 26, com diversos serviços gratuitos para a população.

Durante o evento, a Alumar e a Alcoa Foundation realizarão a doação de U\$10 mil para a Associação de Moradores do Coqueiro, como parte de suas ações de responsabilidade social. O Consórcio tem uma forte presença na região com atividades voluntárias e levará, para a comunidade vizinha à fábrica, colaboradores voluntários que participarão da iniciativa ajudando com as ações de educação ambiental, práticas recreativas e lúdicas direcionadas para o público infanto-juvenil.

A Defensoria Pública do Estado, a Defensoria Pública da União e o Tribunal de Justiça prestarão assistência jurídica em todas as áreas. Demandas relacionadas a divórcio, pensão alimentícia, exame de investigação de paternidade e questões relacionadas a benefícios da esfera federal como aposentadoria, Auxílio Brasil e BPC/Loas são alguns dos casos que as pessoas podem buscar a ação para resolver.

O Instituto de Identificação do Maranhão (Ident) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (Arpen-MA) realizarão os serviços de emissão de documentos como RG (1ª e 2ª via) e segunda via da certidão de nascimento/casamento de forma gratuita, mediante cadastro e recebimento de senha. Para emissão de RG, será necessário apresentar certidão de nascimento ou casamento legível.

Além disso, a ação contará com a atualização de Cadastro Único (CadÚnico) pela Secretaria de Assistência Social, vários serviços de saúde prestados pela Força Estadual de Saúde e uma equipe da Equatorial Maranhão responsável pela inclusão de cidadãos no programa Tarifa Social de Energia, repactuação de dívidas de energia elétrica e troca de lâmpadas.

Carreta - A unidade móvel da Defensoria estadual, que integra o projeto "Inclusão e Cidadania sobre Rodas", chegou para contribuir para a ampliação do acesso à Justiça no Maranhão e para a educação em direitos aos mais vulneráveis por meio de ações itinerantes. Foi adquirida com recursos oriundos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, por meio de um convênio firmado no fim de 2021. A Carreta dos Direitos presta cerca de 700 atendimentos por dia em eventos como este.

Conselho Federal e AMB assinam acordo de combate à violência contra a mulher

O Conselho Federal da OAB e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) firmaram, nesta sexta-feira (25/11), um acordo para o Programa Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica. O plano envolve a execução de ações de combate à violência contra a mulher, atividades de capacitação e campanhas informativas sobre prevenção à violência, entre outras medidas de promoção da equidade.

Os presidentes de ambas as entidades, Beto Simonetti e Renata Gil, respectivamente, assinaram o Acordo de Cooperação Técnica durante sessão do Conselho Pleno da OAB. A data é, também, o Dia Internacional



para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Dentre os focos do programa está a formalização junto ao

Ministério da Educação (MEC) para efetivar a implementação da semana escolar nacional de combate à violência contra mulher, como uma das medidas previstas na Lei nº 14.164/21, e a execução pelo CFOAB do protocolo da campanha do sinal vermelho previsto na mesma legislação.

CFOAB e AMB acertaram em promover cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados e advogados, bem como de formação de formadores em temas de interesse comum; compartilhar recursos tecnológicos, material e de pessoal; trocar insumos para as atividades de ensino, pesquisa e

Bate Rebate

PAULO VELTEN É ELEITO PARA MESA DIRETORA DO CONSELHO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS



O desembargador Paulo Velten foi eleito vice-presidente de Relacionamento Institucional da nova diretoria do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, durante a quinta edição do Encontro do

Consepre, encerrada nesta sexta-feira (25) com a divulgação da “Carta de Bonito”, município do Mato Grosso do Sul onde o evento foi realizado.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão também recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no grau Grã-Cruz, entregue pelo presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar.

A honraria, entregue também a outros nove presidentes, é destinada a premiar pessoas e entidades por serviços ou méritos que as tenham tornado dignas do reconhecimento da justiça sul-mato-grossense.

PRIMEIRO DOCUMENTO

Maternidade de Paço do Lumiar ganha Posto de Registro Civil



POSTO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO DA MATERNIDADE DE PAÇO DO LUMIAR FUNCIONARÁ DE SEGUNDA A SEXTA, DAS 8H ÀS 17H

A pequena Eloah Sofia tem dois dias de vida e foi um dos primeiros bebês nascidos nesta semana na Maternidade de Paço do Lumiar a receber, ainda na unidade, o Registro Civil de Nascimento. O documento – que garante dados como nome e sobrenome, local de nascimento, nacionalidade e filiação – agora é emitido na unidade materna após a inauguração do Posto de Registro Civil de Nascimento.

A mãe de Eloah, Jéssica de Sousa, de 31 anos, comentou sobre a vantagem de não ter que ir ao cartório depois da alta médica. “Eu tenho outras duas filhas, uma de 12 e outra de oito anos que estão ansiosas para conhecer a irmã. Para mim, esse serviço é muito bom porque não precisaremos ter que ir a um cartório para fazer o registro. E mesmo tão novinha, ela já pode ser considerada uma cidadã e isso é muito importante para mim”, compartilhou.

A inauguração é uma ação de governo, resultado da ação conjunta entre as Secretarias de Estado da Saúde (SES) e de Estado dos Direitos Huma-

nos e Participação Popular (Sedih-pop). Com o novo espaço, o Maranhão chega a 103 unidades interligadas, reafirmando a cidadania e o acesso a direitos sociais como itens elementares para a mudança de indicadores no estado.

O Posto de Registro Civil de Nascimento da Maternidade de Paço do Lumiar funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Lá, os pais ou responsáveis legais recebem a Declaração de Nascido Vivo (DNV), que é o registro emitido pelo hospital, antes mesmo da alta hospitalar. Com esse documento, é possível fazer o registro da criança no posto dentro da maternidade no prazo de até 30 dias.

De acordo com a diretora administrativa da maternidade, Andrea Moraes de Oliveira, a unidade realiza aproximadamente 70 partos por mês. “O registro civil é um dos pilares da universalidade de direitos e ficamos felizes de poder facilitar o acesso a esse documento que tira muitos da invisibilidade. Além disso, também promove o estreitamento dos serviços que são oferecidos pela maternidade e

cartório”, destacou.

A instalação dos postos nas unidades hospitalares atende às orientações da Política Estadual de Combate ao Sub-registro Civil de Nascimento, executada em conjunto com o Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação à Documentação Básica, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Corregedoria Geral de Justiça, cartórios e prefeituras municipais.

Atualmente, o Registro Civil de Nascimento também é oferecido em outras unidades da rede estadual de saúde.



APARTE

Felipe Klamt
felipeKlamt@yahoo.com.br



.....

Prestigiado o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Paulo Velten, como eleito vice-presidente da nova diretoria do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Este sabe escrever a sua história com tempo certo para cada passo!

JUSTIÇA

Velten na Mesa Diretora do Cons. de Pres. de Tribunais



PAULO VELTEN PARTICIPOU DO EVENTO ENCERRADO NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA, 25, COM A DIVULGAÇÃO DA CARTA DE BONITO

O desembargador Paulo Velten foi eleito vice-presidente de Relacionamento Institucional da nova diretoria do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, durante a quinta edição do Encontro do Consepre, encerrada nesta sexta-feira (25) com a divulgação da “Carta de Bonito”, município do Mato Grosso do Sul onde o evento foi realizado. “Muito honrado com a indicação do meu nome, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, para integrar a Diretoria do Consepre e ter a oportunidade de colaborar ativamente com o aprimoramento da Justiça Estadual”, agradeceu Paulo Velten.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão também recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no grau Grã-Cruz, entregue pelo presidente do TJMS, desembargador Carlos Eduardo Contar.

A honraria, entregue também a outros nove presidentes, é destinada a premiar pessoas e entidades por serviços ou méritos que as tenham tornado dignas do reconhecimento da

justiça sul-mato-grossense. “Honrado, ainda, em receber a Ordem do Mérito Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, decerto pelo entrosamento institucional e pela troca de boas práticas administrativas que realizamos com a Corte Sul-mato-grossense, tão bem conduzida pelo meu caríssimo presidente, Desembargador Carlos Eduardo Contar”, completou.

ACLAMAÇÃO

A eleição ocorreu por aclamação e foram eleitos para compor a nova comissão administrativa os desembargadores: Carlos Alberto França (TJGO), como presidente do Consepre; Marcos Alaor Diniz Grangeia (TJRO), vice-presidente do Consepre; Paulo Sérgio Velten Pereira (TJMA), vice-presidente de Relacionamento Institucional do Consepre; Iris Helena Medeiros Nogueira (TJRS), vice-presidente de Cultura; e José Arthur de Carvalho Pereira Filho (TJMG), vice-presidente de Inovação e Tecnologia.

Além da nova composição, foram

aprovadas, por unanimidade, as alterações de nomenclatura dos cargos e a criação da Vice-Presidência de Inovação e Tecnologia.

CARTA DE BONITO

Acompanhado do anfitrião do evento e chefe do Poder Judiciário sul-mato-grossense, desembargador Carlos Eduardo Contar, o atual presidente do Consepre e do Poder Judiciário do Paraná, desembargador José Laurindo de Souza Netto, realizou a leitura da “Carta de Bonito”, no encerramento do evento.

Todos os dirigentes dos tribunais assinaram o documento, que trouxe quatro conclusões aprovadas por unanimidade. Nos três dias de trabalho, acompanhados de juízes(as) auxiliares, os(as) presidentes dos tribunais participaram de palestras e conheceram boas práticas do TJMS, com a finalidade de ampliar a troca de ideias e otimizar os trabalhos do Judiciário no Brasil, por meio do uso de experiências exitosas já em execução.

Judiciário

Conselho 'ressuscita' benefício e juízes federais podem embolsar até R\$ 2 mi

— Órgão de controle atende a pedido de entidade e restabelece adicional por tempo de serviço para quem ingressou na carreira antes de 2006; Ajufe destaca respeito ao teto

LUIZ VASSALLO

Órgão administrativo e de fiscalização, o Conselho da Justiça Federal (CJF) restabeleceu para magistrados desse ramo do Poder Judiciário um benefício salarial extinto há 16 anos. Conhecido como quinquênio, o aumento automático de 5% nos vencimentos a cada cinco anos voltará a cair nos contracheques de quem ingressou na carreira federal até 2006. A medida prevê ainda o pagamento retroativo do penduricalho com correção pela inflação.

O conselho afirma não ter a estimativa do impacto financeiro da decisão tomada no dia 16 deste mês. São contemplados apenas integrantes da Justiça Federal – Ministério Público, Justiça do Trabalho e Justi-

ças Estaduais não respondem ao órgão. Segundo projeção do consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, feita a pedido do **Estadão**, um juiz empossado em 1995, por exemplo, poderá receber mais de R\$ 2 milhões em atrasados.

O adicional por tempo de serviço (ATS) e uma série de vantagens que ficavam de fora do teto foram eliminados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – órgão de controle de todo o Judiciário. Na época, o vencimento da magistratura fora limitado a R\$ 21 mil, equivalentes ao que recebiam os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, o teto é de R\$ 39,3 mil, e, se aprovado no Congresso o reajuste de 18% pedido pela Corte, chegará a R\$ 46,3 mil.

Em maio deste ano, o Senado retomou o debate para ressuscitar o ATS acima do teto nas folhas de pagamento de juízes e também procuradores. Foi uma nota técnica de Santos que alertou os impactos da proposta de emenda à Constituição (PEC) que recria o benefício de forma mais abrangente – R\$ 7,5 bilhões anuais. Deixado de lado na via legislativa, o adicional agora volta para parte da magistratura federal pela via administrativa.

O CJF atendeu a um pedido da Associação dos Juízes Federais (Ajufe). A entidade argumenta que o adicional não podia ter sido cancelado para juízes que tivessem o alegado direito adquirido antes da decisão do CNJ. A entidade usou como base precedente do STF

que beneficiou servidores e considerou que o bônus deveria continuar a valer para aqueles que já o recebiam.

JULGAMENTO. Responsável por julgar a demanda, o CJF é um colegiado formado em parte por integrantes da própria Justiça Federal. Compõem o órgão ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e desembargadores federais.

Relatora do caso e presidente do STJ e do CJF, Maria Thereza de Assis Moura votou contra o pedido. Segundo a ministra, no processo citado como precedente “o autor era um servidor estadual aposentado que não recebia seu benefício pelo regime de subsídio”, que, adotado na magistratura, prevê pagamento em parcela única, sem

.....
“Não raro (as entidades de magistrados) obtêm decisões favoráveis ao reconhecimento do pagamento de indenizações (nos conselhos). Ou seja, reconhecem a si mesmos um direito e a forma de satisfazê-lo”

Rafael Viegas

Pesquisador do sistema de Justiça na Fundação Getulio Vargas (FGV)
.....

gratificações e adicionais.

A presidente do Tribunal Regional Federal da 6.^a Região (TRF-6), Mônica Sifuentes, por sua vez, abriu divergência. A desembargadora afirmou que a implementação do regime de subsídio não devia eliminar o adicional, apontado por ela como um dos “direitos adquiridos e atos jurídicos for-

mal e materialmente” vigentes desde o modelo anterior.

A tese de Sifuentes venceu por sete a quatro. Conforme a decisão, ficou estabelecida a “reintrodução” do adicional à “folha de pagamento, em parcela separada, sujeita à correção pelos mesmos índices de reajuste do subsídio, e o pagamento, respeitando o teto remuneratório do serviço público”. Em uma nota distribuída aos magistrados logo após o fim da sessão no conselho, a entidade autora do pedido afirma que o caso é uma “vitória histórica da Ajufe e da magistratura federal”.

ZONA CINZENTA. Benefícios concedidos por vias administrativas são alvo de críticas. Como mostrou o **Estadão** em abril, as associações recorrem aos órgãos de controle para obter vantagens financeiras. Pesquisador do sistema de Justiça

na Fundação Getulio Vargas (FGV), Rafael Viegas afirmou que as entidades atuam em uma “zona cinzenta, que não separa o interesse público – o Estado – do que é o interesse privado – seus associados”.

Segundo Viegas, quando o lobby das entidades não dá certo no Congresso, elas provocam os conselhos ou a própria Justiça, “uma estrutura” que tentam “controlar por meio de sua composição”. “Não raro (as entidades) obtêm decisões favoráveis ao reconhecimento do pagamento de indenizações. Ou seja, reconhecem a si mesmos um direito e a forma de satisfazê-lo”, disse.

Ao **Estadão**, o CJF afirma, em nota, que “não haverá efeito econômico nos meses em que o magistrado estiver acumulando acervo”. A medida, porém, abre precedente. “Na forma como a decisão foi proferida, eu a vejo como ilícita.

Tem caráter meramente administrativo. E ela tende a ser entendida aos magistrados do trabalho, pelo órgão equivalente da Justiça do Trabalho (*o Conselho Superior da Justiça do Trabalho*)”, disse Santos, consultor legislativo do Senado.

'IGUALDADE'. Em nota, a Ajufe afirma que o pedido “teve por base o entendimento do STF de que todos os juizes brasileiros devem ter igual tratamento”. “Por esse entendimento, ficam assegurados aos juizes federais todos os direitos garantidos aos magistrados da Justiça Estadual, assim como o contrário”, diz a associação.

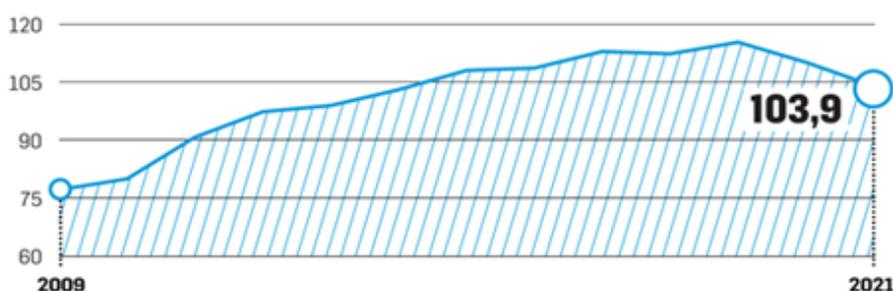
A Ajufe afirma que qualquer vencimento na magistratura se limita ao teto. “Ademais, os valores devidos aos beneficiários estarão sujeitos a todos os tributos devidos, especialmente contribuição para a Previdência e Imposto de Renda.”●

RAIO-X DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Despesas totais do Judiciário correspondem a 1,2% do PIB, ou a 9,64% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios

O custo do Judiciário

EM BILHÕES DE REAIS

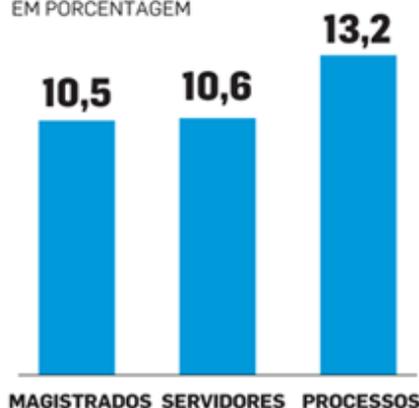


Os magistrados



A Justiça Federal em relação a todo o Poder Judiciário

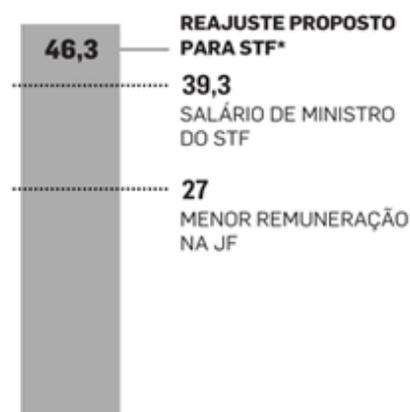
EM PORCENTAGEM



*CONGRESSO AINDA NÃO AVALIOU

O teto e o salário dos magistrados

EM MILHARES DE REAIS



FONTE: JUSTIÇA EM NÚMEROS 2022/CNJ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

.....

Histórico

- O Adicional por Tempo de Serviço (ATS) corresponde a um reajuste de 5% a cada cinco anos
- Em 2006, o ATS foi extinto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Em 2013, o então senador Gim Argello (à época no PTB-DF) apresentou PEC que prevê a volta do ATS, sem respeito ao teto
- Em 2022, a PEC entrou na pauta do Senado, mas não foi votada
- Estudo da Consultoria Legislativa do Senado mostra que o impacto da PEC seria de R\$ 7,5 bi por ano
- Sem sucesso no Congresso, juizes federais conseguiram uma decisão administrativa via Conselho da Justiça Federal (CJF)
- A decisão atende a pedido da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), beneficia quem estava na carreira desde antes de 2006 e prevê respeito ao teto
- Nem o CJF nem a Ajufe sabem especificar o impacto orçamentário da medida